

HPS Cartório Notarial	
Heloísa Pereira da Silva	
Livro	111
Fls.	63

**ESCRITURA PÚBLICA – DOCUMENTO AUTÊNTICO EUROPEU DE
CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO**

No dia um de Outubro de dois mil e onze, perante mim, **MARIA HELOÍSA BRAVO E PEREIRA DA SILVA**, Notária, no meu Cartório Notarial em Torres Vedras, compareceram: -----

PRIMEIRO: Rogério Manuel Loureiro Gomes, NIF178 057 924, natural da freguesia de São Sebastião da Pedreira, concelho de Lisboa, casado, residente na Rua Principal, número 82, Vila Chã, Ventosa, Alenquer,-----

SEGUNDO: Myriam Romero Cobo, NIF 261 440 411, natural da Colômbia, de nacionalidade Colombiana, casada, residente na Rua Principal, número 82, Vila Chã, Ventosa, Alenquer. -----

TERCEIRO: Alexandra Maria Forte de Campos, NIF 118 937 545, casada, natural da freguesia de São Cristóvão e São Lourenço, concelho de Lisboa, residente em Alameda da Beloura, número 9, Sintra.-----

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição, respectivamente, do cartão do cidadão número 06039320 válido até 05/09/2016, da República Portuguesa, do cartão de residência número 011887 válido até 13/02/2013, emitido pelo Serviço de Estrangeiros e Fronteiras – Santarém, do Ministério da Administração Interna e pelo cartão do cidadão número 06006119, válido até 18/01/2016 da República Portuguesa .-----

E pela segunda outorgante foi dito que tem perfeito conhecimento da língua portuguesa. -----

E por eles foi dito que são três dos fundadores de uma associação sem fins lucrativos, que sob a denominação “Território, IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação”, ____

adiante também designado por ITE, que ora constituem, com **sede** no Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, freguesia da Glória, concelho de Aveiro, -----

tendo por **objecto**: -----

a) Desenvolver o conhecimento científico existente acerca do território nacional, promovendo uma rede de colaboração e intercâmbio de informação entre todos os seus membros; -----

b) Contribuir para o estabelecimento de consensos doutrinários na sociedade portuguesa de natureza política, económica, ambiental e social sobre o território nacional, o seu desenvolvimento, organização e administração, tomando primordialmente em conta o imperativo da defesa dos recursos nacionais, designadamente a defesa do Património Cultural edificado e móvel, a defesa do Ambiente, com realce para a conservação dos recursos naturais e a promoção social das populações, assim como o desenvolvimento de políticas específicas para as áreas urbanas e para as áreas de baixa densidade populacional; -----

c) Potencializar as capacidades científicas e tecnológicas portuguesas relacionadas com as plataformas territoriais terrestres – continental e insulares - e marítima, no País e no exterior, em defesa do interesse nacional; -----

d) Apoiar a administração territorial e o desenvolvimento empresarial no território nacional, aos níveis local, regional e central em todas as vertentes técnicas, científicas e tecnológicas; -----

e) Apoiar o investimento externo no território nacional, dando-lhe suporte técnico e científico, designadamente em matéria de informação territorial; -----

f) Fomentar parcerias estratégicas de âmbito nacional e internacional, com

HRS <small>Cartório Notarial</small>	
Heloísa Pereira da Silva	
Livro	111
Fls.	54

as capacidades tecnológicas, de Inovação e Desenvolvimento portuguesas. -----

g) Para cumprir o seu objecto social, o ITE pode realizar um vasto conjunto de actividades, sempre sem fins lucrativos, designadamente: -----

a. Publicações em qualquer suporte; -----

b. Produção de conteúdos em qualquer suporte destinados à Comunicação Social, ao meio científico ou empresarial ou a quaisquer outros universos de interessados, com fins pedagógicos, científicos, ou outros; -----

c. Exposições, conferências, seminários e outros debates, cursos e a produção de quaisquer outras tipologias de eventos, utilizando quaisquer suportes; -----

d. Investigação científica e investigação e produção tecnológica, com o aproveitamento dos recursos e capacidades existentes na Rede; -----

e. Intercâmbios nacionais e internacionais de pessoas e conhecimentos; -----

f. Ensino especializado, de nível superior, com o aproveitamento dos recursos integrados na Rede; -----

g. Promoção de prémios, bolsas e concursos, destinados a fomentar a qualidade do ensino, da investigação e do empreendedorismo relativamente às plataformas territoriais; -----

h. Consultoria e quaisquer outras prestações de serviços em matérias relacionadas com o objecto social, aproveitando os recursos e capacidades integrados na Rede. -----

Que por esta escritura, constituem a mencionada associação, que se regerá pelas cláusulas constantes do documento complementar elaborado nos termos do número dois do artigo 64º do Código do Notariado, e que consubstanciam os seus estatutos, **que expressamente declaram conhecer perfeitamente e aceitar**

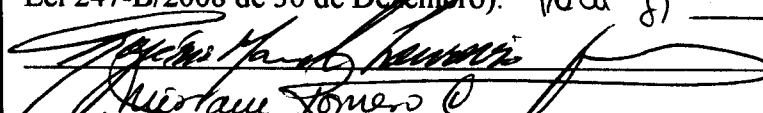
e que faz parte integrante desta escritura.-----

Pelos outorgantes foi mais dito que a actividade da associação se enquadra no CAE 94995 (principal), 94991, 94992, 91011, 72200, 72190 e 91012 (secundários).-----

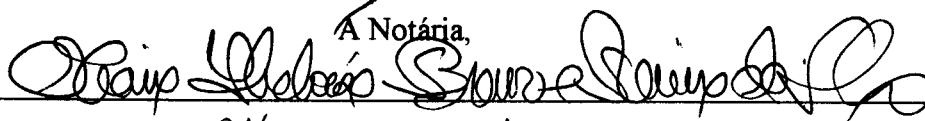
Arquiva-se:-----

- a) documento complementar supra referido; -----
- b) suporte de papel do certificado de admissibilidade de firma adoptada, número 2011040232, consultado hoje no Portal da Empresa pelas onze horas – NIPC 510 016 634.-----

Foi feita por mim aos outorgantes, a leitura desta escritura e a explicação do seu conteúdo e adverti os outorgantes para a necessidade da inscrição no ficheiro central de pessoas colectivas (FCPC) no prazo legal nos termos do n.º 4 do artigo 11º do Regime do Registo Nacional de Pessoas Colectivas (redacção do Decreto-Lei 247-B/2008 de 30 de Dezembro). Troci "8)" -----


Alexandre Gump

A Notária,



Conta registada sob o nº 916



1

Documento complementar elaborado nos termos do número 2 do artigo 64º do Código do Notariado, à escritura de constituição da associação **"Território, IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação"**, iniciada a folhas 63 do livro 111 de notas para escrituras diversas do Cartório Notarial de Heloísa Pereira da Silva, em Torres Vedras, de um de Outubro de dois mil e onze:

[Handwritten signatures and initials: "Vest", "AP", "Ar3"]

ESTATUTOS

Art.º 1º

Natureza e localização

1. O **"Território, IT – Instituto do Território, Rede Portuguesa para o Desenvolvimento do Território, Associação"** adiante designado abreviadamente por ITE, é uma pessoa colectiva sem fins lucrativos de natureza associativa, de âmbito nacional e constituída por tempo indeterminado.
2. O ITE tem a sua sede no **Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial, Universidade de Aveiro, Campus Universitário de Santiago, 3810-193 Aveiro, freguesia da Glória, concelho de Aveiro**, e tem polos regionais nos estabelecimentos de ensino superior e nas entidades científicas que integrarem a Rede e o pretenderem.
3. O ITE pode a todo o tempo estabelecer, extinguir ou deslocalizar polos regionais, por decisão ordinária do Conselho de Administração.

Art.º 2º

Objecto social

1. O ITE tem o seguinte objecto social:
 - a) Desenvolver o conhecimento científico existente acerca do território nacional, promovendo uma rede de colaboração e intercâmbio de informação entre todos os seus membros;
 - b) Contribuir para o estabelecimento de consensos doutrinários na sociedade portuguesa de natureza política, económica, ambiental e social sobre o território nacional, o seu desenvolvimento, organização e administração, tomando primordialmente em conta o imperativo da defesa dos recursos nacionais, designadamente a defesa do Património Cultural edificado e móvel, a defesa do Ambiente, com realce para a conservação dos recursos naturais e a promoção social das populações, assim como o desenvolvimento de políticas específicas para as áreas urbanas e para as áreas de baixa densidade populacional;
 - c) Potencializar as capacidades científicas e tecnológicas portuguesas relacionadas com as plataformas territoriais terrestres – continental e insulares - e marítima, no País e no exterior, em defesa do interesse nacional;
 - d) Apoiar a administração territorial e o desenvolvimento empresarial no território nacional, aos níveis local, regional e central em todas as vertentes técnicas, científicas e tecnológicas;
 - e) Apoiar o investimento externo no território nacional, dando-lhe suporte técnico e científico, designadamente em matéria de informação territorial;

- f) Fomentar parcerias estratégicas de âmbito nacional e internacional, com as capacidades tecnológicas, de Inovação e Desenvolvimento portuguesas.
1. Para cumprir o seu objecto social, o ITE pode realizar um vasto conjunto de actividades, sempre sem fins lucrativos, designadamente:
- a. Publicações em qualquer suporte;
 - b. Produção de conteúdos em qualquer suporte destinados à Comunicação Social, ao meio científico ou empresarial ou a quaisquer outros universos de interessados, com fins pedagógicos, científicos, ou outros;
 - c. Exposições, conferências, seminários e outros debates, cursos e a produção de quaisquer outras tipologias de eventos, utilizando quaisquer suportes;
 - d. Investigação científica e investigação e produção tecnológica, com o aproveitamento dos recursos e capacidades existentes na Rede;
 - e. Intercâmbios nacionais e internacionais de pessoas e conhecimentos;
 - f. Ensino especializado, de nível superior, com o aproveitamento dos recursos integrados na Rede;
 - g. Promoção de prémios, bolsas e concursos, destinados a fomentar a qualidade do ensino, da investigação e do empreendedorismo relativamente às plataformas territoriais;
 - h. Consultoria e quaisquer outras prestações de serviços em matérias relacionadas com o objecto social, aproveitando os recursos e capacidades integrados na Rede.

Art.º 3º

Associados

1. O ITE tem quatro categorias de associados:
 - a) Honorários;
 - b) Fundadores, individuais ou institucionais;
 - c) Efectivos individuais;
 - d) Efectivos institucionais.
2. São associados honorários e como tal isentos da prestação de jóia e quota, as pessoas individuais ou colectivas, nacionais ou estrangeiras, que se distingam pela sua actividade em prol do desenvolvimento do território e por isso sejam merecedoras dessa distinção, que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral.
3. São associados fundadores e como tal isentos da prestação de jóia, as pessoas individuais e colectivas que até ao momento da escritura de constituição do ITE contribuíram para a sua criação e que como tal sejam reconhecidos em acta da primeira Assembleia Geral.
4. São associados efectivos individuais as pessoas singulares que como tal sejam reconhecidas pelo Conselho de Administração.
5. São associados efectivos institucionais as pessoas colectivas que como tal sejam reconhecidas pelo Conselho de Administração.
6. A prestação de quota tem periodicidade anual e é realizada exclusivamente por meios electrónicos.

Art.º 4º

Orgânica

1. São órgãos do ITE a Assembleia Geral, o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal, o Conselho Científico e o Conselho Consultivo, podendo ser constituídas Agências nacionais ou regionais, por iniciativa do Conselho de Administração, que fixará o seu âmbito, duração, responsabilidades e orgânica, por instrumento aprovado em Conselho de Administração.
2. A Assembleia Geral é constituída por todos os associados efectivos e é o órgão supremo do ITE; a respectiva Mesa é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, com mandato de quatro anos.
3. O Conselho de Administração é constituído por um Presidente, um Secretário-geral e três ou cinco vogais, um dos quais é, por inerência, o Presidente do Conselho Científico, sendo eleito em Assembleia Geral com um mandato de quatro anos.
4. O Conselho Fiscal é constituído por um Presidente e dois vogais e é eleito em Assembleia Geral com um mandato de quatro anos.
5. O Conselho Científico é constituído por um Presidente e dois Vice-Presidentes eleitos em Assembleia Geral com um mandato de quatro anos, sendo ainda integrado por um doutorado representante de cada uma das instituições científicas que integram o ITE e por outras personalidades científicas relevantes, sempre doutoradas, que forem designadas por cooptação no Conselho Científico, independentemente da sua associação no ITE e da respectiva nacionalidade.
6. O Conselho Consultivo é constituído por um Presidente e dois Vice-Presidentes eleitos em Assembleia Geral com um mandato de quatro anos, assim como pelas personalidades que para ele forem designadas por cooptação no Conselho Consultivo, independentemente da sua associação ao ITE e da respectiva nacionalidade e por um representante de cada ONG com quem o ITE mantiver colaboração convencionada.
7. As Agências regem-se pelas seguintes regras:
 - a. A aprovação da respectiva existência, assim como a sua liquidação, que podem ser efectuadas a todo o tempo, são deliberadas pelo Conselho de Administração, nos termos do instrumento supra referido no número um deste artigo;
 - b. Cada Agência tem um Director, único responsável pela autorização e gestão das respectivas receitas e despesas, nos termos do instrumento supra referido no número um deste artigo, que é designado e exonerado pelo Conselho de Administração do ITE, sendo sempre designado com um prazo máximo explícito determinado na designação, renovável e de acordo com a proposta que para o efeito lhe for feita pelos membros integrantes da Agência, que poderão ser pessoas singulares ou colectivas, mesmo que não sejam associadas do ITE;
 - c. A Agência será representada em Assembleia Geral pelo Director, sem direito a voto;
 - d. Todos os membros das Agências estão obrigados a cumprir e zelar para que sejam cumpridas as normas dos estatutos, bem como as directivas do Conselho de Administração e a defesa do bom nome do ITE;

- e. As Agências constituem um centro de resultados autónomo em termos contabilísticos e consolidam as respectivas contas no ITE até 30 de Novembro, não existindo obrigações fiscais que obriguem a outros prazos;
 - f. As Agências estão expressamente proibidas de constituir dívidas e por estas, a verificarem-se, responde, pessoalmente, judicial e extrajudicialmente, o respectivo Director, não podendo o Conselho de Administração do ITE em caso algum ou por qualquer forma dar autorização às Agências ou ao Director para constituir dívidas.
- 8. Os membros e os suplentes dos membros dos órgãos sociais são eleitos em listas separadas, para cada órgão, através de sufrágio directo e secreto, devendo ser apresentadas listas para todos os órgãos.
 - 9. Para cada órgão e para a Mesa da Assembleia Geral haverá três suplentes.
 - 10. Em caso de demissão de qualquer membro dos corpos sociais do ITE durante a vigência do respectivo mandato, haverá substituição pelos suplentes até ao termo do mandato e os restantes membros do respectivo órgão mantêm-se em funções até ao termo do mandato; em caso de demissão de Presidente, Vice-Presidente ou Secretário Geral, os elementos do respectivo órgão designarão substituto por cooptação.
 - 11. As convocatórias para reuniões dos órgãos sociais são feitas por publicação de aviso nos termos legalmente previstos, designadamente por via electrónica.

Art.º 5º

Assembleia Geral

- 1. São competências da Assembleia Geral:
 - a) Eleger os restantes corpos sociais do ITE, nos termos definidos nestes Estatutos;
 - b) Aprovar, sobre proposta do Conselho de Administração, o Orçamento e o Plano de Actividades, assim como as Contas e o Relatório de Actividades;
 - c) Proclamar os sócios fundadores na primeira assembleia geral e em qualquer momento sócios honorários, sob proposta do Conselho de Administração;
 - d) Deliberar sobre outros assuntos constantes da convocatória, quando não constituam competências próprias dos restantes órgãos.
- 2. As Assembleias Gerais ordinárias têm lugar no mês de Novembro para aprovação do Plano de Actividades e do Orçamento e no mês de Março para aprovação do Relatório de Actividades e das Contas.
- 3. As Assembleias Gerais extraordinárias realizam-se por iniciativa do Conselho de Administração, a solicitação do Conselho Fiscal ou a solicitação de um terço dos associados no pleno uso dos seus direitos, no prazo de trinta dias após a solicitação.
- 4. As deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria absoluta dos votos dos associados presentes, salvo quando incidam sobre alterações estatutárias, em que é exigido o voto favorável de três quartos do número de associados presentes, ou sobre a dissolução ou prorrogação do ITE, em que é exigido o voto favorável de três quartos do número de todos os associados;
- 5. Na Assembleia Geral, os associados possuem os seguintes votos:
 - a. Associados fundadores individuais – 5 votos;
 - b. Associados fundadores institucionais – 25 votos.

- c. Associados efectivos individuais – 1 voto; _____
d. Associados efectivos institucionais – 20 votos. _____

Art.º 6º

Conselho de Administração

1. São competências do Conselho de Administração:
 - a. Promover as actividades do ITE, tendo em vista a prossecução do seu objecto social;
 - b. Apresentar anualmente à Assembleia Geral o Plano de Actividades, o Orçamento, o Relatório de Actividades e as Contas;
 - c. Deliberar sobre o valor das quotas anuais a pagar pelos associados singulares e institucionais, podendo fixar critérios, atendendo à existência de retorno para os associados institucionais e à prestação, quantificada em numerário ou em espécie;
 - d. Assegurar a manutenção e o desenvolvimento das relações institucionais do ITE, nos planos nacional e internacional;
 - e. Deliberar sobre o estabelecimento, extinção ou deslocalização de polos regionais, designadamente sobre a respectiva mudança de concelho e de distrito;
 - f. Deliberar acerca da aquisição e alienação de bens móveis e imóveis e aceitar doações ou deixas testamentárias.
 - g. Decidir da exclusão de associados pelo não pagamento das respectivas quotas durante um ano ou por outros motivos previstos nos Estatutos ou em regulamento interno;
 - h. Manter um departamento editorial e um departamento estratégico especialmente vocacionados para incentivar e desenvolver actividades que assegurem a sustentabilidade do ITE;
 - i. Solicitar a colaboração do Conselho Consultivo e do Conselho Científico.
2. O ITE fica vinculado em todos os actos e contratos pela assinatura do Presidente ou, em sua substituição por causa de impedimento comprovado documentalmente, do Secretário-geral.
3. Nas deliberações do Conselho de Administração, o Presidente tem voto de qualidade em caso de empate, e na sua ausência, o voto de qualidade pertence ao Secretário-geral.
4. Para efeitos de responsabilidade legal em matéria de legislação de contratos públicos, fica determinada a competência exclusiva do Presidente do Conselho de Administração para decidir e subscrever a celebração de contratos de prestações de serviços e de consultorias a terceiros exteriores à Rede, sendo substituído em caso de impedimento – comprovado documentalmente - pelo Secretário-geral.

Art.º 7º

Conselho Fiscal

São competências do Conselho Fiscal:

- a. Emitir parecer nos primeiros quinze dias de Março acerca do relatório de Actividades e das Contas a submeter à Assembleia Geral;
- b. Fiscalizar a gestão corrente do ITE;
- c. Emitir parecer acerca de qualquer assunto que lhe seja submetido pela Mesa da Assembleia Geral ou pelo Conselho de Administração, sem prejuízo das competências dos restantes órgãos.

Art.º 8º

Conselho Científico

São competências do Conselho Científico:

- a. Acompanhar e aconselhar o ITE em actividades de pesquisa e debate doutrinário;
- b. Acompanhar e aconselhar o Conselho de Administração nas actividades editoriais do ITE;
- c. Aprovar os textos de doutrina que o ITE venha a assumir acerca do desenvolvimento do território nacional, nomeadamente o seu Manifesto constitutivo.
- d. Deliberar acerca de outros assuntos de natureza científica a pedido da Mesa da Assembleia Geral ou do Conselho de Administração, sem prejuízo das competências próprias dos outros órgãos.

Art.º 9º

Conselho Consultivo

São competências do Conselho Consultivo:

- a. Dar parecer sobre todos os assuntos que lhe forem solicitados pela Mesa da Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração ou pelo Conselho Científico, sem prejuízo das competências dos restantes órgãos.
- b. Elaborar anualmente, com apresentação ao Conselho de Administração no início do mês de Outubro do ano anterior, o calendário das datas, acontecimentos e eventos relativamente aos quais o ITE se deve pronunciar ou nos quais deverá participar, sugerindo o sentido e os modos de participação que em cada caso melhor se coadunem com o objecto social do ITE, numa perspectiva de sustentabilidade económica e social.

Art.º 10º

Deveres e Direitos dos Associados

1. São deveres dos Associados:

- a. Pagar as respectivas quotas anuais, salvo os associados honorários;
- b. Respeitar os estatutos;
- c. Contribuir com o seu comportamento pessoal e social para o bom nome do ITE.

2. São direitos dos Associados:

- a. Assistir às reuniões da Assembleia Geral, tomando parte nos trabalhos e votando as respectivas deliberações;
- b. Eleger e ser eleito para os diversos cargos do ITE, no respeito das limitações estatutárias estabelecidas para a integração no Conselho Científico;
- c. Requerer a convocação de Assembleias Gerais extraordinárias, nos termos estatutários.

Art.º 11º

Património do ITE

Constituem património do ITE todos os bens móveis ou imóveis, adquiridos a título oneroso ou gratuito, os fundos provenientes do pagamento das jóias e quotas por parte dos associados, todas as contribuições e subsídios de qualquer entidade, os donativos, quer dos associados, quer de estranhos, e ainda a retribuição de serviços ou acções desenvolvidas para financiamento de actividades enquadradas no objecto social do ITE, a subsidiação e a retribuição de actividades enquadradas no objecto social do ITE, as receitas provenientes de qualquer actividade dentro do seu objecto que a associação venha a desenvolver.

[Signature]
[Signature]

Alexandra Camp

A. Antão,

Camp, Luís, Bruno, Sérgio, etc.